

SITUAÇÃO E NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO E SENTIDO DA AJUDA EDUCACIONAL NA AMÉRICA LATINA

TARCÍZIO RÊGO QUIRINO

1.1

Uma sociedade é por definição um organismo social que tem a possibilidade de se perpetuar. As sociedades por isso criam os seus próprios meios, não só de tomar novos indivíduos como seus membros, como também de perpetuar os seus valores, os quais fazem com que ela seja coerente e orgânica em si mesma. O meio que a sociedade tem para fazer com que os seus valores se perpetuem de geração em geração, é a educação. Emílio Willems assim define educação: "Em sentido lato educação é sinônimo de socialização. Em sentido restrito, porém, educação compreende todos aqueles processos, institucionalizados ou não, que visam transmitir aos joves determinados conhecimentos e padrões de comportamento, a fim de garantir a continuidade de cultura da sociedade."⁽¹⁾

Nas sociedades altamente complexas, como é o caso da sociedade moderna, a educação é organizada em um sistema também muito complexo, o sistema escolar. Em sociedades mais primitivas, o sistema educacional não chega a ser tão complexo, circunscrevendo-se muitas vezes ao contacto entre as gerações. Através do respeito aos pais na obediência e da convivência de modo geral com a geração anterior, os joves se inserem na vida e no modo de ser da sociedade.

É característico de todas as sociedades, porém, que o sistema educacional seja tido como obrigatório para os membros da cultura. À medida que o sistema escolar tomou na socie-

dade moderna o lugar proeminente como veículo de transmissão da cultura dessa mesma sociedade, êle foi tendendo a se tornar obrigatório para todos os membros. É importante salientar como há uma relação entre o desenvolvimento dos ideais da cultura para todos, isso é, da participação de todos os indivíduos com os mesmos direitos nos bens da cultura debaixo do lema "liberdade, igualdade, fraternidade", e, por outro lado, dos ideais da educação para todos. A sociedade moderna, a que costumamos chamar de sociedade científica, com a produção em massa e o consumo em massa, levou êsses ideais às suas últimas consequências. Estabeleceu, como uma das regras mais importantes do sistema político-social e econômico, que todos os membros estejam aptos para inserir-se na vida social, para participar da produção em massa e do consumo em massa. Para isso, associou a êstes os ideais da educação em massa.

Com essa introdução, aparentemente sem uma ligação direta com o tema que nos foi proposto para a conferência, queríamos sobretudo salientar o sentido sociológico do tratamento de um assunto como êste, aqui, hoje. A cultura científica erigiu como padrão para a sociedade, a educação para todos. Por isso é que tem sentido perguntar-se qual é a situação educacional da América Latina atualmente, e quais são as suas necessidades. Quando a sociedade moderna pergunta isso, com nós fazemos aqui, ela já apresentou uma medida que deve ser usada para inventariar as necessidades educacionais. Essa medida é educação para todos. Quando nós examinamos, portanto, a situação educacional atual da América Latina em termos de quantidade, facilmente chegaremos a responder o segundo ítem de nosso problema, isso é, quanto necessitamos de educação para a América Latina, simplesmente comparando os números encontrados, com o 100%, ideal que os padrões culturais nos apresentam como norma. Outro problema, muito mais complexo, é o que se refere à qualidade da educação. Queremos dividir êste nosso trabalho de modo que encararemos primeiro o problema simplesmente sob o ponto de vista da quantidade. Em segundo lugar, voltaremos a encará-lo sob o ponto de vista da qualidade.

A história nos mostra que a educação se vem tornando cada vez mais complexa, não só na quantidade de ensinamentos distribuídos, mas também no tempo necessário para que êsses ensinamentos sejam transmitidos. Essa complexidade aparece ao mesmo tempo na diversidade que a educação cada vez mais tende a oferecer. Se lembrarmos que na Idade Média todo um curso, dividido em "trivium" e "quadrivium", não durava mais do que sete anos, e, hoje em dia, somente o nosso curso primário leve mais de cinco anos, e, em alguns países, até oito ou nove anos, então vemos como a complexidade da educação vem aumentando à medida que aumenta também a complexidade da sociedade e o número dos conhecimentos passíveis de serem transmitidos aos alunos. A sociedade científica, no entanto, não exige que todos os alunos aprendam tudo que ela tem a oferecer. Além do mais, isso seria completamente impossível. Por isso os cursos vieram se dividindo, em sentido que poderemos chamar de horizontal, isso é, nos graus de aprendizagem, e em sentido que poderemos chamar de vertical, ou nas especialidades.

A sociedade científica estabelece como padrão de educação para todos, não um curso completo até o seu final com o coroamento da Universidade, mas considera como próprio para todos os seus membros, sobretudo o curso primário. Em países mais adiantados economicamente, nos países mais desenvolvidos, como os U.S.A. e a Europa Ocidental, já se fala numa secundarização da educação. O curso secundário seria aquêle que educaria o indivíduo mais propriamente para a civilização industrial citadina, sobretudo quando se considera que esta tende para a intensificação do lazer. Realmente, no curso secundário é que o indivíduo se habilita a aproveitar dos bens culturais com mais profundidade, formando um gosto de fruição, sobretudo através da arte e da compreensão do mundo, através do envolvimento da inteligência com os problemas filosóficos. É o que se poderia considerar como a cultura de consumo, a cultura intelectual, isso é, o que chama cultura, no sentido comum do termo, no sentido não antropológico do mesmo. Contudo, como o mundo tem ainda grandes áreas em que a educação, inclusive a educação primária não está ainda bem desenvolvida, não alcança ainda nem sequer a

maior parte da população, como ainda há áreas em que o analfabetismo, isso é, a incapacidade de ler e escrever, domina, convencionou-se considerar como ideal para uma nação, um mínimo de seis anos de escolarização para todos os seus habitantes.

Em 1958 houve em Washington uma reunião patrocinada pela UNESCO e em cooperação com a Organização dos Estados Americanos, que estudou mais ou menos profundamente os problemas da educação e do planejamento educacional para toda aquela região. Como conclusão, foi publicado um documento em que se diz que a educação é um direito inalienável de todos, como está expresso na Declaração dos Direitos do Homem e na Declaração Americana dos Direitos do Homem, a primeira na Carta das Nações Unidas, e a segunda na Carta da Organização dos Estados Americanos. "A educação primária, pelo menos", diz o Documento, "deve ser universal, livre e obrigatória". As constituições dos Estados Americanos afirmam que este é um princípio básico de democracia, e encarregam o Estado com a responsabilidade de pô-lo em prática.

A magnitude dos problemas educacionais, porém, — pois que a América Latina possuía naquela época 45.000.000 de analfabetos, e 18.000.000 de crianças sem escola, — fez com que aquela comissão determinasse o ano de 1975 como o ano meta, até o qual todos os países da América Latina deverão conseguir substanciais melhoras na educação, de modo a preencher o nível mínimo requerido. Uma conferência mais recente, em Santiago do Chile, em 1962, publica um documento em que adverte que as taxas de 78% de matrículas, no curso primário, da população em idade escolar, que se verificavam na América Latina no ano de 1960, são artificiais, visto que somente 17% dos alunos que começam a escola primária, continuam até o fim do ciclo. Mas a América Latina não é um continente em que todos os países sejam iguais, com os mesmos problemas, como algumas vezes parece aos observadores que os vêm de longe. Por isso diversas conferências de educação têm adotado um critério, a meu ver muito prático e bastante objetivo, de dividir os países da América Latina em três grupos, segundo o seu atual adiantamento em matéria de escolarização, e, por-

tanto, segundo as suas necessidades de melhora. O primeiro grupo, daqueles países mais adiantados em educação, compreende o Uruguai, a Argentina, a Venezuela e o Chile. No segundo grupo temos a maioria dos países: Panamá, Costa Rica, Colômbia, México, Peru, Brasil, Paraguai, El Salvador, Bolívia, Nicarágua, Equador e República Dominicana. Finalmente, no terceiro grupo temos Honduras, Guatemala e Haiti. Cuba não foi incluída em nenhum dos grupos, porque a conferência que fez essa classificação havia sido patrocinada pela Organização dos Estados Americanos, de que Cuba não faz parte atualmente.

Em 1960 o primeiro grupo possuía nas escolas 88% dos alunos em idade de curso primário. O segundo grupo possuía 78% e o terceiro grupo não passava além de 43% da matrícula necessária. Como meta se propôs, para 1975, que o primeiro grupo alcançasse 100%, aliás, já desde 1965 em metas intermediárias, o segundo grupo também alcançasse 100%, conseguindo chegar a este número em 1970, e, finalmente, o terceiro grupo chegasse a 89% em 1975. Assim a América Latina como um todo chegaria a uma escolarização de 98% no curso primário. Para todos esses cálculos a base foi sempre uma escolarização de seis anos.

Nos diversos países da América Latina alguns problemas graves influem diretamente na capacidade de conseguir essas metas numéricas para a educação. O primeiro deles é a falta de professores bem formados, ou, em alguns casos, simplesmente a falta de professores que tenham diploma e sejam, portanto, aptos a prestar uma escolarização de nível razoável aos alunos. Outro problema, muito importante, talvez mesmo mais grave de que esse primeiro, que poderá, porém, ser resolvido com um pouco de tempo, um pouco de planejamento e um pouco de boa vontade dos governantes, é o problema sociológico da evasão escolar. Como se afirmou atrás, quase 80% de todos os alunos do curso primário deixam a escola logo depois de terminar o 1.º ano primário. De um modo geral, na América Latina, a média de escolarização primária não passa de dois anos, o que é baixíssima. Assim, o problema não se cifra somente em fazer escolas e levar as crianças a se matricular nelas, mas toma feição ainda de maior gravidade, em fazer com que

os alunos continuem na escola que êles haviam começado a cursar.

Esse problema se apresenta, não somente no curso primário, mas também no curso secundário, e até mesmo no curso superior. Um trabalho levado a efeito por nós próprios sobre o assunto no curso secundário, no Brasil, deu como resultado que algumas características psico-sociais diferenciam os alunos que continuam na escola até o fim do curso, e os que saem dela antes de terminá-lo. Esse trabalho foi traduzido e editado em alemão pelo COSAL, sob o título "Sozial-schulische Variablen des Schulflucht in Sekundarschulbereich Brasilens".⁽²⁾

Entre essas características, talvez uma que se pudesse generalizar para o curso primário seria que os alunos que continuam na escola comumente pertencem à classe média. Ao mesmo tempo se vê que aqueles que continuam por mais tempo na escola secundária são os que não foram reprovados grande número de vezes. Isso nos levaria a uma interpretação sociológica de que a escola não é funcional para algumas classes sociais. Daí a necessidade de que se apoie a escolarização primária, procurando criar também as condições sociológicas para que essa escolarização se torne eficiente e efetiva, fazendo com que estar na escola seja atrativo, não só para a criança, mas que também os pais achem a escola atrativa para o futuro de seus filhos. Alguns autôres já comentaram que as crianças da América Latina e do Mundo Subdesenvolvido de um modo geral, não vão para a escola porque necessitam ajudar aos pais a ganhar dinheiro. Isto é verdade em parte, mas em parte o problema também decorre da pouca valorização que os pais dão à escola. Na realidade, se um pai não vê nenhuma aplicação prática para os anos que êle sacrifica pela escolarização de seu filho, certamente esse pai não fará muito esforço para que seu filho continue visitando a escola, sobretudo quando há uma possibilidade de o menino influenciar no ganho da família, aumentando o orgamento familiar, através de serviços como trabalhos rurais, biscate, engraxate, "office-boy" ou outros semelhantes. Juntar-se-ão ao pouco interêsse do pai, as vantagens materiais imediatas que êle terá não mandando o filho à escola.

Outro problema que afeta profundamente as possibilidades de um aluno terminar o curso primário é o fato de êle ter entrado na escola em idade muito avançada. Para estudar esse problema, tivemos que criar uma medida especial, a Razão de Adequação Etária. Entendemos como "razão de adequação etária" a porcentagem da população escolar que apresenta idade adequada para a classe que está cursando. Consideramos idade adequada aquela que não excede de dois anos à idade mínima legal com que o aluno pode cursar a série em questão (11 anos para o 1.º ano ginásial é a idade legal básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 36).⁽³⁾

Para muitos alunos não houve ocasião de entrar na escola na idade adequada. Isso acontece, primeiro pela falta de escola suficientes para o atendimento da população em idade escolar. Mas também, em segundo lugar, pelo que Hitpass chamou de distância psicológica dos pais em relação com a escola.⁽⁴⁾

Os pais não conhecem a escola êles próprios. Muitas vezes não freqüentaram a escola, não sabem o que ali se passa, não sabem como funciona, e, portanto, não se sentem obrigados nem motivados a mandar seus filhos para ali. Isso acontece, apesar de que, na maioria dos países, é obrigatoriedade legal o envio das crianças à escola, correspondida pela obrigatoriedade de que o Estado tem de fornecer escolas primárias para tôdas as crianças gratuitamente.

Mais um problema, lateral a êste, é a falta periódica dos alunos à escola. Nota-se, em algumas regiões da América Latina, que alunos faltam sistematicamente à aula em certos dias da semana, por exemplo, no dia em que se realiza a feira semanal. Outros faltam à aula em estações próprias para a colheita ou para o plantio, isso sobretudo na área rural, e, com muita especialidade, aonde há a monocultura. Essas faltas fazem com que o ritmo de aprendizagem seja mais lento de que seria possível conseguir, e também provocam um desengajamento do estudante com respeito à escola, e, portanto, abrem já um caminho para uma futura deserção escolar.⁽⁵⁾

Considerando a educação primária como o ensino básico, pode-se lembrar aqui também os problemas que existem a respeito do analfabetismo. É muito difícil conseguir uma estatística coerente sobre o número de analfabetos na América Latina, visto que cada país usa seus próprios critérios para levantar as estatísticas. Alguns países, como a Argentina, consideram analfabetos aqueles que não sabem ler nem escrever a partir dos 15 anos de idade. Outros países, como a Bolívia, consideram-no a partir dos 5 anos, apesar de que, de um modo geral, a idade a partir da qual uma pessoa é considerada analfabeta é a de 10 anos. O certo é que a América Latina tem uma grande porcentagem de analfabetos, para os quais os governos precisam providenciar a alfabetização. Em algumas regiões, como o México, o Peru, a Bolívia, onde a população indígena é muito numerosa, o analfabetismo é correlato com o problema do ensino da língua nacional a esses grupos.

Sob o ponto de vista sócio-econômico, não é o ensino mais frutífero aquele que se dá aos analfabetos, havendo uma correlação inversa entre as possibilidades futuras de aplicação do ensino recebido e a idade da pessoa que aprendeu. Uma pessoa que já tenha 50 anos de idade, só terá possibilidade de usufruir da alfabetização durante mais alguns poucos anos. Uma criança, porém, que faça o curso primário, poderá usufruir da sua alfabetização durante a vida inteira. Darcy Ribeiro, quando foi Ministro da Educação brasileira, propôs um sistema de barreiras contra o analfabetismo, que visava atacar o problema parceladamente, levando em conta os argumentos econômicos, de necessidade do rendimento da educação, ao mesmo tempo que não desprezava os fundamentos ideológicos da educação para todos. Primeiro que tudo, dever-se-ia fazer uma barreira aos 14 anos. Nenhuma criança que chegasse a essa idade deveria ser analfabeta. Depois se atacaria a segunda barreira, aos 18 anos. Só posteriormente se cuidaria da educação dos demais adultos.

Em casos particulares, como o de Cuba, a alfabetização foi levada para toda a população com interesses outros, além dos de fazer com que o povo fosse capaz de usar as técnicas de

ler e escrever. Segundo a interpretação de Steger, nessa campanha de alfabetização, além de se fazer o que propriamente seria ensinar as técnicas de ler e escrever, também se mudava a base social da revolução, que passava dos camponeses para as classes urbanas, e para os trabalhadores industriais.

Diferentemente do ensino primário, para o ensino secundário não é tão fácil achar normas fixas com as quais se possam medir as necessidades educacionais dos países estudados. Segundo estatísticas apresentadas na Conferência de Bogotá, em 1960 a porcentagem de alunos do ensino secundário na América Latina, sobre o total do grupo de idade correspondente, era de 15,7%. O primeiro grupo, isto é, Uruguai, Argentina, Venezuela e Chile, tinha 33% dos jovens em idade de ensino secundário, efetivamente cursando uma escola desse tipo. No segundo grupo, onde se encontra a maioria dos países da América Latina, havia 13%, e finalmente no terceiro grupo, havia somente 5%. A meta proposta naquela ocasião era que a América Latina como um todo atingisse em 1957 35% de jovens estudando o curso secundário. Esta meta, no entanto, é difícil de ser racionalizada, sendo, por assim dizer, para usar um termo caro aos programadores, inspiracional. Quais os critérios que se devem usar para se conseguir, por razões racionais, uma meta conveniente sobre o número de estudantes do curso secundário? Segundo Marshal Wolfe, alguns economistas sugerem que "em país onde cerca de 50% dos meninos entram na escola primária, deve-se oferecer educação posterior a cerca de 4%, e a dita porcentagem deve subir a 10, quando a educação primária for universal. Enquanto outras autoridades opinam que nas primeiras etapas de um sistema educativo a relação entre as escolas pós-primárias e as primárias, deve ser de 10 para 100, e a relação deve subir de 20 para 100 em uma etapa posterior."⁽⁶⁾

Segundo Roberto Moreira,⁽⁷⁾ que muito estudou o problema da programação educacional, o ideal é que na escola média haja uma porcentagem do grupo etário adequado a essa escola, equivalente à porcentagem da população ativa secundária e terciária, sobre a população ativa total. Como vemos, esse critério já engloba o problema da secundarização e ter-

ciarização das atividades econômicas do país. Debaixo desse critério há já uma flexibilidade maior para atender às necessidades da economia, à medida que essa se desenvolve e necessita de maior número de pessoas com educação mais especializada. Uma economia que se baseia no setor primário, mesmo quando esse setor é representado sobretudo pela indústria de extração, e não simplesmente pela agricultura, necessita menos cabeças-pensantes, como se poderia dizer, ou pessoas com educação mais especializada, a partir do curso secundário, do que uma economia que tem a sua parte mais importante nos setores secundário e terciário. O problema fundamental para o uso prático dessa fórmula, é que o setor terciário dos países subdesenvolvidos, é dividido em dois grupos completamente diferentes: Um, que corresponde ao setor terciário dos países desenvolvidos, isso é, em que estão os serviços, e um que se poderia chamar de falso setor terciário, em que se encontram pessoas que na realidade seriam mais propriamente chamadas de marginais econômicos, ou de sub-empregados, de que propriamente de pertencentes ao setor terciário. Exemplo desse falso setor terciário são os engraxates excedentes, pessoas que vivem na zona urbana prestando pequenos serviços, e outros semelhantes. Carlos Maciel⁽⁸⁾ sugere que seja usado como módulo para determinar a quantidade de educação secundária nos países subdesenvolvidos, um número que corresponda à percentagem de habitantes urbanos do país, corrigido, segundo a região, pela multiplicação pela percentagem regional de habitantes urbanos. Isso daria no final um número que iria subindo à medida que o país se fôsse urbanizando, considerando, portanto, como meta, cada vez um número geomêtricamente crescente da percentagem de habitantes. Ao mesmo tempo, a regionalização do critério tem como efeito que, às regiões mais urbanizadas, aonde se concentra uma demanda educacional mais forte, corresponderia também uma oferta maior de educação. Esse critério é muito interessante e flexível, porque leva em conta não somente as necessidades da industrialização, as necessidades da programação para o desenvolvimento, mas também a demanda educacional, isso é, aquilo que os economistas educacionais estão considerando, quando falam em educação como bem de consumo.

Os problemas do curso superior na América Latina, não somente de ordem quantitativa. É certo que as universidades latino-americanas não formam suficiente pessoal para as necessidades da região, mas esse não é o problema mais grave. Avulta como problema número um, o da qualidade do pessoal formado. Essa qualidade é um problema, primeiramente quanto às especialidades. Um país que se desenvolve, um país que adota as técnicas de produção modernas, necessita, naturalmente, uma grande quantidade de pessoal dedicado às ciências técnicas, como engenheiros, geólogos, agrônomos, etc. Na América Latina, como nos países que tiveram uma formação histórica sob o sistema patriarcal, ou que foram colonizados, há uma tendência muito grande para considerar a educação superior como um distintivo de classe social, com a finalidade de ser um bem de consumo unicamente, e não um instrumento para ser usado na vida econômica. Assim os estudantes preferem concentrar-se em carreiras como literatura, direito, línguas e belas artes, em vez de procurarem as carreiras mais ligadas com a técnica. A percentagem dos estudantes, de nível superior na América Latina é de 3,2% dos habitantes entre 20 e 24 anos de idade. Mas a variação de país a país é muito grande. Por exemplo: no Haiti essa taxa é de 1,3% e no Brasil de 1,6% sendo essas as mais baixas, enquanto que na Argentina e no Uruguai é de 10%, sendo mais alta de que a dos países europeus. Para o Uruguai é conveniente notar que a possibilidade de permanecer muitos anos na universidade sem obrigação de terminar o curso dentro de um determinado tempo, como acontece em outros países, faz com que a alta taxa de estudantes universitários não corresponda a uma igualmente alta taxa de conclusões de cursos, dando, assim, uma idéia um pouco falsa da realidade. No entanto, insistimos que o grande problema do ensino superior na América Latina é a qualidade, não somente no que se refere às especialidades, mas também na qualidade do ensino ministrado. Na maioria das vezes a Universidade latino-americana ainda conserva o costume, introduzido desde a escola primária, de fazer aprender as coisas de memória, de aprender o que os autores ou o que os professores ensinam, e não de aprender a fazer ciência ou usar autonomamente a técnica como se requer de um estudo superior

Isso faz com que a qualidade dos profissionais seja inferior à necessária para a continuação do processo de desenvolvimento econômico.

O sistema universitário também, em si próprio, sobretudo com a institucionalização da cátedra vitalícia que existe em alguns países, faz com que os professores que já alcançaram boa posição na escola do corpo docente, não estejam fortemente interessados a continuar suas pesquisas, a continuar a fazer a ciência progredir.

Se considerarmos os problemas educacionais da América Latina sob um ponto de vista da programação global, veremos que eles não são tão fáceis de resolver, porque não dependem somente de boa vontade. Com efeito, os gastos com a educação em cada país, não podem ultrapassar determinada porcentagem dos gastos com os demais setores. Muitos técnicos de planejamento afirmam que o máximo que um país pode empregar em educação seja de 5 ou 6% do produto nacional bruto. Ora, um país subdesenvolvido tem uma renda percapita muito menor que um país desenvolvido. Isso significa que os 5 ou 6% do produto nacional bruto são, em números inteiros, uma quantidade muito menor de que a aplicada por um país desenvolvido na educação. Esse é um dos argumentos mais fortes para que se planeje a educação na América Latina. Cada vez que se tem pouco dinheiro para aplicar em alguma coisa, cresce a necessidade do planejamento, para fazer com que esse dinheiro produza a maior quantidade possível do efeito desejado. As conferências de planejamento têm feito um grande bem à América Latina, porque fomentaram uma mentalidade de planejamento. Países como a Colômbia, e alguns Estados do Brasil já têm uma experiência de planejamento.

Outro problema de ordem qualitativa do ensino na América Latina é que o ensino de um modo geral tem tradições que não correspondem à sociedade desenvolvida, à sociedade industrial, mas sim à sociedade tradicional, à sociedade subdesenvolvida. Isso faz com que os valores que são transmitidos pela escola, muitas vezes, em vez de facilitar o desenvolvimento, são um freio a ele.

Agora, para falar rapidamente da ajuda educacional à América Latina, nós temos um quadro já delineado, a respeito dos problemas, do qual podemos tirar os pontos mais importantes de ajuda. O primeiro ponto é o financiamento da educação na América Latina. Nós vimos que a quantidade de escolas, em todos os níveis, não corresponde às necessidades. Assim, é urgente um plano de construção de escolas, que alguns países já levam a efeito, mas com o qual sempre têm dificuldades financeiras. Depois, a formação de professores, sobretudo renovando a qualidade do ensino, é muito importante. Na formação de professores há dois problemas que devem ser vistos com carinho e que podem servir como campo muito fértil de ajuda exterior à educação. Primeiro é que a América Latina necessita professores com a mentalidade da civilização industrial e que possam ser guias na mudança e na industrialização. O segundo é que a América Latina necessita de professores em campos nos quais ali não se criou uma tradição suficiente: Por exemplo, a alta técnica, e também a pesquisa. Sobretudo os professores de nível universitário, têm muito poucas tradições de pesquisa. Muitos deles fazem do ensino superior, ou um diletantismo, ou uma fonte de prestígio para ser usado em suas atividades de outra ordem. Isso advém muitas vezes de que no início do ensino universitário na América Latina não havia a profissionalização do professor universitário, que ensinava por uma espécie de busca de prestígio social, ou para fazer favor aos que necessitavam de sua ajuda. Hoje em dia na América Latina o professor de tempo integral ainda é uma exceção mais ou menos rara, exceto em algumas universidades, que se apresentam como casos especiais.

As bibliotecas também faltam, em particular para os campos de alta especialização. A Europa e os Estados Unidos deverão muito ajudar a América Latina na educação, não só primária, com o financiamento, não só secundário com financiamento e formação de professores, mas sobretudo no ensino superior, com financiamento, formação de professores e com uma ajuda especializada na qualidade do ensino, na formação de bibliotecas e laboratórios, e, em geral, na renovação da Universidade Latino-Americana. A ajuda educacional dada através da

formação de estudantes no estrangeiro em nível universitário, às vezes tem sido de trágicos resultados. É que o mercado de trabalho nêsse alto nível ainda não está ali suficientemente desenvolvido, para pagar o que um pesquisador considera o mínimo necessário para viver. Isso faz com que as melhores inteligências, depois de algum tempo mudem-se daquêles países, sobretudo para os Estados Unidos, e também para a Europa. Êsse problema, que também acontece com as inteligências europeias, é ainda mais grave na América Latina, porque ali não há a possibilidade funcional de formar talentos com a rapidez suficiente para compensar essa fuga, como acontece na Europa. A América Latina não tem um sistema de ensino que possa produzir cientistas suficientes para cobrir a demanda exterior, e ao mesmo tempo ficar em número tal que possa atender as suas necessidades internas. É uma possibilidade para a Europa e Estados Unidos, que, quando dêem ajuda educacional à América Latina, sobretudo com a formação de pessoal em alto nível, e muito particularmente no campo das ciências exatas, cujo material de pesquisa é muito caro, ajudem também a êsse pessoal a desenvolver realmente suas possibilidades práticas de serem cientistas em país subdesenvolvido. Só assim a ajuda será realmente efetiva, e não um motivo para o êxodo dos cientistas.

Êsses pontos que vimos aqui sôbre o estado da educação na América Latina, sôbre as necessidades educacionais, e sôbre as possibilidades de ajuda à educação, não são mais de que uma vista sôbre o estado atual da questão, com a finalidade de abrir discussão sôbre o mesmo. Não pretendemos trazer nenhuma grande novidade, mas tão sômente expor alguns pontos em que temos trabalhado, ou sôbre que temos conhecimento de trabalhos importantes que foram levados a efeito. Da discussão que se seguirá, esperamos que seja frutífera, ou, pelo menos, que seja um lançamento de sementes, como deve ser um verdadeiro seminário. Obrigado.

NOTAS

- (1) Dicionário de Sociologia, Editôra Globo, verbete "Educação", Pôrto Alegre, 1961.
- (2) Arbeitsunterlagen zur Lateinamerikaforschung, n.º 1, Dortmund, 1966.

- (3) Ver: Carlos Frederico Maciel e Tarcízio Rêgo Quirino: "Balizas para uma Programação do Ensino Médio no Recife" — Recife, 1963, págs. 39 a 42 e também: Tarcízio Rêgo Quirino: "Sozial-Schulische Variablen der Schulflucht in Sekundarschulbereich Brasiliens", Dortmund, 1966, págs. 16 a 20.
- (4) Josef Hitpass: "Einstellungen der Industriearbeiterschaft zur Höherer Bildung" Ratingen, 1965.
- (5) Ver: Nancy Velásquez de Rojas: "Relaciones socio-económicas en el problema del abandono escolar en Cumaná" in "Ciencias Sociales" — junho de 1964, ano 1 n.º 2 — Oriente, Venezuela, pags. 168-182.
- (6) Marschal Wolfe: "El planeamiento de la educación en relación con el desarrollo económico y social" documento apresentado à Conferência de Santiago, 1962. Citado em "Balizas", cit. pág. 52.
- (7) Roberto Moreira: "População economicamente ativa e necessidades educacionais" in "Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, n.º 2, 1960. Citado em "Balizas", cit. pág. 53.
- (8) "Balizas", cit. págs. 54-59.